

SERMÃO 34

NOTAS INTRODUTÓRIAS

“Se a religião é a verdadeira relação do homem para com Deus, e se a moralidade consiste na verdadeira relação do homem para com a justiça”, – diz o Prof. Burwash – “este discurso nos dá uma completa identificação da religião e da moralidade, unindo num só conceito Deus e a Justiça. Uma concepção mais simples e mais clara da origem da justiça, como nos é dada aqui, não se pode encontrar, pensamos, em nenhum escritor.” Esta concepção decididamente se apóia em mais sólido fundamento do que a de seu contemporâneo Butler, que encara a constituição da natureza humana como formada em bases imediatas de obrigação. Wesley concorda com Curdworth e com o Dr. Samuel Clarke, fazendo da distinção entre a justiça e o erro uma distinção eterna, e esforça-se por esclarecer sua expressão – “a eterna capacidade das coisas”. Mas seu forte instinto religioso não pode ver nenhuma realidade eterna senão Deus, e tanto as coisas como seu préstimo vêm somente de Deus. Esta é a filosofia do homem para quem Deus não é abstração intelectual, mas um Deus vivo.

“Vemos também, neste discurso, como a lei moral absoluta entra na vida cristã, e torna-se a lei cristã do dever. No conceito aí formulado, a ética cristã não implica em nenhum rebaixamento da lei absoluta, para fazer face às necessidades da fraqueza humana. É a perfeita lei de Deus, em seus princípios imutáveis, que entra em nossa vida espiritual e leva-nos a Cristo. E os grandes princípios do *dever* cristão, que aquela lei perfeita faz evoluir de nossa consciência cristã, de filial relação para com Deus, são tão perfeitos como a lei absoluta de que eles decorrem. A relação desses princípios perfeitos para com a im-perfeição do instrumento humano, através do qual eles operam, será plenamente considerada em conexão com a doutrina de Wesley acerca da perfeição cristã. Somente é necessário notar aqui que nem a lei moral absoluta, nem a lei do dever cristão se amesquinha para concordar com as necessidades da doutrina da perfeição.”

ESBOÇO DO SERMÃO 34

O termo “lei” aqui significa, não a lei romana ou mosaica, mas a lei *moral*, como ressalta dos pormenores citados.

I. A origem desta lei; coeva da criação dos agentes morais e escrita no mais íntimo de seu espírito pelo dedo de Deus.

II. A natureza desta lei. É uma cópia da natureza divina e, assim, a razão suprema, imutável; a retidão inalterável; a eterna aptidão das coisas.

III. Os característicos desta lei.

1. Santa, no sentido de separada de todo pecado.
2. Justa, dando a todos o que lhes é devido; adaptada à natureza das coisas, de todo o universo e de todo indivíduo. Mas esta natureza das coisas depende da vontade de Deus, que é, afinal, o próprio Deus.
3. Boa, cheia de benignidade, e produzindo todas as bem-aventuranças em seus resultados.

IV. As funções desta lei.

1. Convencer de pecado.
2. Conduzir a Cristo.
3. Preparar-nos para maiores comunicações da graça de Deus. Daí resulta que, embora tenhamos posto de parte a lei como meio de justificação diante de Deus, contudo a lei nos é de grande utilidade e absolutamente necessária. A verdadeira liberdade do povo de Deus não a libertação da *lei*, mas do *pecado*.

A ORIGEM, NATUREZA, CARACTERÍSTICOS E FUNÇÕES DA LEI

“De modo que a Lei é santa, e o mandamento é santo, e justo, e bom.”

(Rm 7.12)

1. DENTRO de todos os domínios da religião, talvez poucos assuntos haja tão mal compreendidos quanto este. O leitor desta epístola é comumente levado a entender que, pela expressão “lei”, S. Paulo quer dizer a lei judaica; assim, sabendo que nenhuma relação tem com esta lei, passa adiante, sem mais demorado pensamento em torno dela. Alguns, na verdade, não se satisfazem com essa interpretação: mas, observando que a epístola se dirige aos Romanos, daí inferem que o apóstolo no começo deste capítulo alude à velha lei romana. Como tanto têm eles que ver com esta lei como com a lei cerimonial de Moisés, não cansam o pensamento naquilo que supõem ser ocasionalmente mencionado, meramente aduzido para ilustrar qualquer outro assunto.

2. Mas o observador cuidadoso do discurso do apóstolo não se contentará com essas apressadas explicações que lhe dão. Quanto mais o estudioso pesa as palavras, mais se convence de que S. Paulo, usando da palavra “lei” neste capítulo sete, não quer referir-se à lei romana, nem à lei cerimonial de Moisés. Isto claramente ressalta a todos que atentamente considerem o teor de seu discurso. Ele começa o capítulo: “porventura ignorais, pois falo aos que conhecem a Lei”, aos que têm sido instruídos nela desde a juventude, “que ela tem domínio sobre o homem durante todo o tempo em que ele vive?” (Como! A lei de Roma apenas, ou a lei cerimonial? Não, certamente; mas a lei moral.) E, passando a exemplificar: “A mulher casada está ligada pela lei” moral “a seu marido, enquanto ele vive; mas se o marido morrer, desligada fica da lei do marido. Assim, pois, enquanto o marido vive, se ela for de outro homem, será chamada adúltera; mas se morrer o marido, livre está da lei, de modo que não é adúltera, se for de outro homem”. Deste exemplo particular o apóstolo passa a tirar a conclusão geral: “De modo que, meus irmãos”, por uma perfeita paridade de razão, “também vós fostes mortos à Lei”, a toda a instituição mosaica, “pelo corpo de Cristo”, oferecido por vós e trazendo-vos para nova dispensação, “para pertencerdes”, sem qualquer ofensa, “a outro, Àquele que foi ressuscitado dentre os mortos”, dando provas, assim, de sua autoridade para fazer a mudança, “a fim de que déssemos frutos a Deus”. Isto podemos fazer agora, quando dantes não nos era possível fazê-lo: “pois quando estávamos na carne”, debaixo do poder da carne, isto é, da natureza corrupta – o que era necessariamente o caso, até que conhecêssemos o poder da ressurreição de Cristo –, “as paixões dos pecados que havia pela Lei”, que eram apontadas e inflamadas pela lei mosaica, e não dominadas – “operaram em nossos membros”, quebrados de vários modos, “a fim de darem fruto à morte; mas agora desligados estamos da Lei”, de toda aquela economia moral, bem como cerimonial, “por termos morrido para aquilo a que estávamos presos”, toda aquela instituição estando agora por assim dizer morta, e não tendo mais autoridade sobre nós do que o marido tem, depois de morto, sobre a mulher: “de sorte que sirvamos” àquele que morreu por nós e outra vez se levantou, “em novidade de espírito”, em uma nova dispensação espiritual, “e não na velhice da letra”, com um mero serviço aparente, segundo a letra da instituição mosaica. (Versículos 1-6).

3. O apóstolo, tendo-se estendido em provar que a dispensação cristã tinha posto de lado a dispensação judaica, e que a própria lei moral, embora não pudesse passar, passava a ter um fundamento diferente do que antes tivera – agora se detém Para levantar uma objeção e dar-lhe resposta: “Que diremos, pois? É a Lei pecado?” Alguns poderiam concluir isto, afirmativamente, de uma compreensão errônea das palavras: “as paixões dos pecados que havia pela lei”. “Deus tal não permita!” – responde o apóstolo,

traduzido em linguagem que seria a nossa. Não. A lei é inimiga irreconciliável do pecado, denunciando-o onde quer que ele se encontre. “Eu não teria conhecido o pecado, senão pela Lei; pois eu não teria conhecido a cobiça”, desejo pecaminoso, em seu caráter de pecado, “se a Lei não dissesse: não cobiçarás”. (Versículo 7) Depois de explicar esta idéia nos quatro versículos seguintes, o apóstolo tira esta conclusão geral, com vistas mais especialmente à lei moral, da qual o exemplo precedente fora extraído: “De modo que a Lei é santa, e o mandamento é santo, e justo, e bom”.

4. Para explicar e apresentar em todo seu vigor estas profundas palavras, em geral pouco observadas por serem mal compreendidas, esforçar-me-ei por mostrar: 1) A origem desta Lei; 2) Sua natureza; 3) Seus característicos, isto é, ser ela santa, e justa, e boa; 4) Suas funções.

I

1. Empenhar-me-ei por mostrar, primeiramente, a origem da lei moral, com freqüência chamada “a lei” *tout court*, em razão de sua importância. Ela não é instituição de data tão recente como os tempos de Moisés, segundo possivelmente imaginaram alguns. Noé a declarou aos homens muito antes daqueles tempos, e Enoque a ensinou antes de Noé. Mas nós podemos recuar ainda mais sua origem, colocando-a antes da fundação do mundo, naquele período, na verdade ignorado pelos homens, mas indubitavelmente incorporado aos anais da eternidade, em que “as estrelas da manhã”, primeiro, “cantaram em coro”, recentemente chamadas à existência. Foi do agrado do grande Criador fazer de seus filhos, primogênitos seus, seres inteligentes, para que pudessem conhecer Aquele que os criou. Por isso Os dotou de entendimento, para discernir o verdadeiro do falso, o bem do mal; e, como resultado necessário disto, dotou-os de liberdade, ou seja, da capacidade de escolher a um e repudiar a outro. Dotados de entendimento e liberdade, Deus lhes deu também a capacidade de lhe prestarem livre e voluntário serviço, um serviço por si mesmo digno de recompensa, aceitável que era o seu gracioso Senhor.

2. Para dar emprego a todas as faculdades que lhes concedera, particularmente ao entendimento e à liberdade, Deus também lhes concedeu uma lei, completo paradigma de toda verdade, na medida em que esta pudesse ser inteligível a um ser finito, e de todo bem, segundo as mentes angélicas fossem capazes de o abraçar em sua inteireza. Era também intenção de seu benigno Governador abrir caminho, mediante a lei, a um progresso contínuo de sua felicidade, visto que cada exemplo de obediência àquela lei seria tanto um acréscimo da perfeição de sua natureza, como sua habilitação a uma recompensa maior, que o justo juiz distribuirá na ocasião oportuna.

3. De modo semelhante, quando Deus, no tempo que escolheu, criou uma nova ordem de seres inteligentes; quando levantou o homem do pó da terra, nele infundindo o sopro da vida e tornando-o em alma vivente, dotado da faculdade de escolher o bem ou o mal – deu a essa nova criatura livre, inteligente, a mesma lei anteriormente dada a seus filhos primogênitos: lei não escrita, em verdade, sobre tábuas de pedra, ou de qualquer outra substância corruptível, mas gravada em seu coração pelo dedo de Deus; escrita no mais íntimo do espírito de homens e de anjos, para que ela nunca se distanciasse, jamais se tornasse difícil de compreender, mas sempre estivesse à mão e sempre brilhasse com luz refulgente, assim como o sol fulgura no meio do céu.

4. Tal foi a origem da lei de Deus. Com relação ao homem, era coeva de sua natureza, mas em relação aos mais velhos filhos de Deus, ela brilhou em seu pleno esplendor “antes que as montanhas fossem formadas e a terra e sua redondeza fossem feitas”. Mas não passou muito tempo - e o homem se rebelou contra Deus, e, quebrando sua lei gloriosa, mais ou menos apagou-a em seu coração, obscurecendo-se a visão de seu entendimento à medida que sua alma se tornava “alienada de Deus”. Ainda assim Deus não desprezou a obra de suas mãos; mas, reconciliando-se com o homem através do Filho de seu Amor, de algum modo o Senhor reinscreveu a lei no coração de sua criatura sombria e pecaminosa. “Eis que” outra vez “te mostrei, ó homem, o que é bom”; embora não como no começo, “para fazeres obras de justiça e amares a: misericórdia, e andares humildemente com teu Deus.”

5. E isto Ele mostrou, não somente a nossos primeiros pais, mas igualmente a toda a sua posteridade, mediante “aquela verdadeira luz que, vindo ao mundo, alumia a todo homem”. Mas, não obstante essa luz, toda carne, com o correr do tempo, tinha “corrompido seu caminho diante dele”, de modo que Deus escolheu dentre a humanidade um povo peculiar, a quem deu um conhecimento mais perfeito de sua lei: e

os pontos principais desta, visto o povo escolhido ser de entendimento tardo, Ele os escreveu em duas tábuas de pedra, mandando que os pais os ensinassem aos filhos, através de todas as gerações que se sucedessem.

6. Assim é que a lei de Deus é agora dada a conhecer mesmo àqueles que não conhecem a Deus. Eles ouvem, com os ouvidos da carne, as coisas que foram escritas outrora para nossa instrução, Mas isto não basta: não podem, por este meio, avaliar a altura, a profundidade, a extensão e a largura dessa lei. Somente Deus o pode revelar pelo seu Espírito. Isto Ele o faz a todo que verdadeiramente crê, em consequência daquela graciosa promessa feita a todo o Israel de Deus: “Eis que vem o dia, diz o Senhor, em que farei um novo pacto com a casa de Israel. E este será o pacto que farei: porei a minha lei em seu interior, e a escreverei em seus corações; e eu serei seu Deus, e eles serão meu povo”. (Jr 31.31ss)

II

1. A natureza daquela lei, que foi originariamente dada aos anjos nos céus e ao homem no paraíso, e que Deus misericordiosamente prometeu escrever de novo nos corações de todos verdadeiros crentes, é o segundo ponto que me proponho demonstrar. Para isso devo primeiro observar que, embora a “lei” e o “mandamento” sejam entendidos de modos diferentes (o mandamento significando apenas uma parte da lei), no texto são usados como termos equivalentes, designando uma e a mesma coisa. Não podemos entender que na passagem em estudo qualquer das duas expressões se refira à lei cerimonial. Não é da lei cerimonial que o apóstolo fala, nas palavras acima referidas: “Eu não conheceria pecado senão pela lei”; isso é tão claro que não necessita de prova. Nem é a lei cerimonial que diz, nas palavras que imediatamente se seguem: “Não cobiçarás”. Assim, a lei cerimonial não encontra lugar na presente questão.

2. Também não podemos compreender pela palavra “lei”, de que trata o texto, a dispensação mosaica. A palavra é, na verdade, algumas vezes compreendida neste sentido, como quando o apóstolo diz, falando aos Gálatas (3.17): “O pacto, que foi confirmado antes”, Isto é, com Abraão, o pai dos crentes, “a lei”, isto é, a dispensação mosaica, “que veio quatrocentos e trinta anos depois, não o pode invalidar”. Não se pode, entretanto, assim entender no texto; porque o apóstolo jamais gastou tão altos louvores com aqueles, com aquela dispensação crepuscular e imperfeita, Em parte alguma o apóstolo afirma ser a lei mosaica espiritual, ou que ela seja santa, justa e boa. Nem é verdade que Deus a tivesse jamais escrito no coração daqueles cujas Iniquidades Ele esqueceu. Permanece de pé o conceito segundo o qual “a lei”, enfaticamente assim chamada, outra coisa não é senão a lei moral.

3. Pois bem, esta lei é um retrato incorruptível do Alto e Santo Ser que habita a eternidade. É a manifestação visível a homens e anjos daquele que, em sua essência, nenhum homem jamais viu nem pode ver. É a face de Deus descoberta; Deus revelado a suas criaturas de modo acessível a elas; Deus manifestado para dar vida, e não para a destruir, – para que os homens possam ver a Deus e viver. É o coração de Deus patenteado ao homem. Assim, em certo sentido, podemos aplicar a esta lei aquilo que o apóstolo diz do Filho de Deus: *apaugasma tnv doxhv kai carakthr thv upostaewv aitou, o resplendor de sua glória, a expressa imagem de sua substância.*

4. “Se a virtude”, diz o antigo pagão, “pudesse revestir-se de tal aparência sensível que a contemplássemos com nossos próprios olhos, a que maravilhoso amor não nos incitaria a ela!” Se a virtude pudesse fazer isso! Isto, entretanto, já foi feito. A lei de Deus são todas as virtudes compreendidas em uma só, assumindo forma capaz de ser contemplada face a face por todos aqueles cujos olhos Deus tenha iluminado. Que é a lei senão a divina virtude e sabedoria assumindo forma visível? Que é a lei, senão as idéias originais de verdade e bem, alojadas desde a eternidade na mente incriada e agora expostas e revestidas de tal aparência, que se torna acessível mesmo à compreensão humana?

5. Se examinarmos a lei de Deus sob outro ponto de vista, verificaremos que ela é a razão suprema, imutável; é a retidão inalterável; é a eterna aptidão das coisas que são ou serão criadas. Sinto que há deficiência e. impropriedade, em nossa e em todas as demais expressões humanas, sempre que intentamos reproduzir, por essas imagens descoradas, as coisas profundas de Deus. Apesar de tudo, não temos meio melhor, nem outro qualquer recurso, durante este nosso infantil estágio de existência. Como

nós agora “conhecemos”, mas apenas “em parte”, somos constrangidos a profetizar, isto é, a falar das coisas profundas de Deus, também “em parte”, isto é, por alto. “Não podemos ordenar nosso discurso em razão das trevas”, enquanto estamos nesta casa de barro. Enquanto sou “criança”, devo “falar como criança”: mas bem cedo “porei de parte as coisas de criança”, porque “quando o que é perfeito vier, aquilo que é em parte desvanecer-se-á”.

6. Voltando ao assunto: a lei de Deus (falando a linguagem dos homens), é uma cópia da mente eterna, um resumo da natureza divina; ainda mais, ela é a mais. Bela filha do Eterno Pai. O mais refulgente reflexo de sua. Essencial sabedoria. A formosura visível do Altíssimo. É a delícia e maravilha de querubins e serafins de toda a companhia dos céus, e a glória e alegria de todo sábio crente, de todo bom instruído filho de Deus sobre a terra.

III

1. Tal é a natureza da bem-aventurada lei de Deus. Mostrarei em terceiro lugar os seus característicos, não todos, porque isto seria tarefa excessiva mesmo à sabedoria de um anjo, mas somente os três que são mencionados no texto: ela é “santa, justa e boa”. Primeiro, a lei é santa.

2. Por esta expressão o apóstolo não fala ao que parece, de seus efeitos, mas antes de sua natureza: como S. Tiago, tratando do mesmo assunto em outras palavras, diz: “a sabedoria do Alto” (que outra não é senão esta lei escrita em nosso coração), “é primeiro pura” (3.17) – *agnh casta, imaculada*, eterna e essencialmente santa. E, conseqüentemente, quando traduzida na alma e na vida vem a ser (como o mesmo apóstolo a denomina em 1.27), *qrhskaia kaqara kai amiantov*, – *religião pura e imaculada*, ou o puro, limpo, impoluto culto de Deus.

3. Ela é, em verdade, no mais alto grau, pura, casta, limpa, santa. De outro modo não poderia ser o resplendor, emuito menos a expressa semelhança de Deus que é a santidade essencial. É isenta de todo pecado, limpa e imaculada de topo contacto com o pecado. É uma virgem casta, incapaz de qualquer deslize, de qualquer mistura com o que é impuro ou profano. Não tem compromisso com o pecado de qualquer espécie, porque, “qual a comunhão que pode ter a luz com às trevas?” Como o pecado é, por sua própria natureza, inimizado para com Deus, assim sua lei é inimizado para com o pecado.

4. Assim, pois, o apóstolo repele com indignação aquele blasfemo pressuposto de que a lei de Deus seja em si mesma pecado, ou causa de pecado. Deus não permita que suponhamos que a lei seja a causa do pecado, porque ela é a reveladora do pecado, porque ela descobre as coisas ocultas nas trevas, trazendo-as à plena luz. Por meio dela, como o apóstolo observa em Rm 7.13, “o pecado aparece como pecado”. Todos os seus disfarces se arrancam, e ele se mostra em sua deformidade congênita. É também verdade “que o pecado, pelo mandamento, tornou-se excessivamente pecaminoso”: sendo agora cometido contra a luz e o conhecimento, sendo despojado da pobre desculpa da ignorância ele perde todas as escusas, todos os disfarces, e torna-se muito mais odioso, tanto à vista de Deus como no conceito do homem, Mais ainda: é certo que “o pecado operou a morte por aquilo que é bom”, que em si mesmo é puro e santo. Quando é trazido à luz, mais se irrita; quando é recalcado explode Com grande violência. Assim o apóstolo, (falando como pessoa que estava convencida de pecado, mas não ainda libertada dele), diz que “o pecado, tomando ocasião pelo mandamento”, descobrindo-o e esforçando-se por contê-lo; zombou do constrangimento e com maior força “operou em mim toda forma de concupiscência” (versículo 8); toda forma de desejo louco e perigoso, que aquele mandamento procurava refrear. Deste modo, “quando veio o mandamento o pecado reviveu” (versículo 9): irritou-se e bramiu com maior vigor. Isto não é, todavia, culpa do mandamento. Embora dele se zombe, ele não pode macular-se. Esses fatos somente provam que “o coração do homem é excessivamente mau”. Mas “a lei” de Deus ainda “é santa”.

5. Ela é, em segundo lugar, justa. Dá a cada um o que lhe é devido. Prescreve exatamente aquilo que é reto, precisamente aquilo que deve ser feito, dito ou pensado, tanto em relação ao Autor de nosso ser, como em relação a nós mesmos e em relação a toda criatura. Adapta-se, em todos os sentidos, à natureza das coisas, de todo o universo, de cada indivíduo. É aplicável a todas as circunstâncias de cada um e a todas as relações de uns para com os outros, datem estas do começo ou tenham tido início em época posterior. É exatamente concorde com a aptidão das coisas, seja essencial ou acidental. Não choca com nenhuma criatura em nenhuma escala, nem perde o contacto com ela. Se a palavra for tomada neste

sentido, nada há de arbitrário na lei de Deus. Todavia, o todo e cada uma de suas partes ainda dependem de sua vontade, sendo que o supremo e universal preceito, em vigor na terra como no céu, é este: “Seja feita tua vontade”.

6. “Mas a vontade de Deus é a causa de sua lei? Sua vontade é a origem do bem e do mal? Porque Deus quer uma coisa, esta se torna *por isso mesmo* um bem?”

Receio que essa questão célebre não tenha mais de curioso do que de útil. Talvez que a maneira por que é comumente tratada não corresponda ao respeito que é devido pela criatura ao Criador e Governador de todas as coisas. Não é razoável, nem decente, que o homem chame a contas o supremo Deus. Todavia, com respeito e reverência, podemos algo dizer. Perdoe-nos o Senhor, se acaso falarmos mal!

7. Toda dificuldade parece residir na consideração da vontade de Deus abstraída do próprio Deus. De outra forma a dificuldade desapareceria. Porque ninguém duvida de que Deus seja a causa da lei de Deus. Mas a vontade de Deus é o próprio Deus. É Deus considerado como quem quer Isso ou aquilo.

Conseqüentemente, dizer que a vontade de Deus, ou que o próprio Deus, seja a causa da lei, é uma e a mesma coisa.

8. Mais: se a lei, a regra imutável do bem e do mal, depende da natureza e aptidão das coisas e de suas relações essenciais (não digo suas relações eternas; porque a eterna relação das coisas, existindo no tempo, vem a ser pouco menos que uma contradição); se, dizia eu, a lei depende da natureza e relações das coisas, então deve depender de Deus, ou da vontade de Deus; porque aquelas mesmas coisas, com todas as suas relações, são obras de suas mãos. Por sua vontade, “por seu querer” somente, todas elas “são e foram criadas”.

9. Pode ainda ser assegurado (o que é provavelmente tudo quanto uma pessoa ponderada pode pretender), que em todo caso particular Deus quer isto ou aquilo (suponhamos, que os homens honrem a seus pais), porque é justo, agradável à aptidão das coisas, às relações que por tal meio se estabelecem.

10. A lei é, pois, justa e justamente relacionada com todas as coisas. É boa, além de ser justa. Isto podemos facilmente inferir da fonte de que ela procede. Que é ela, senão a bondade de Deus? Que impulso, senão somente o da bondade, inclinou-o a comunicar aquela divina reprodução de si mesmo aos santos anjos? A que outro Ser podemos atribuir a concessão ao homem do mesmo resumo de sua própria natureza? E que outra força, senão a do amor, poderia constrangê-la a manifestar sua vontade ao homem decaído – seja Adão, ou qualquer outro de sua semente, que, à semelhança dele, “caíram da glória de Deus”? Não foi puro amor que o moveu a publicar sua lei, depois que o entendimento dos homens se tornara obscuro? E enviar seus profetas para proclamarem aquela lei aos cegos, irrefletidos, filhos dos homens? Indubitavelmente, foi sua bondade que suscitou a Enoque e Noé para serem pregadores da justiça; que levou Abraão, amigo seu, e Isaac e Jacó a darem testemunho de sua vontade. Foi sua bondade só que, “quando as trevas tinham coberto a terra, e densas trevas coberto o povo”, deu uma lei escrita a Moisés e, através dele, à nação escolhida. Foi o amor que explanou esses oráculos vivos, por intermédio de Davi e de todos os profetas que se seguiram; até que, vindo a plenitude do tempo, Ele mandou seu Unigênito Filho, “não para destruir a lei, mas para cumpri-la”, dela confirmando todo o que nela está; de modo que, tendo-a escrito no coração de todos os seus filhos e posto todos os seus inimigos debaixo de seus pés, “Ele entregará” seu “reino” mediador “ao Pai, para que Deus seja tudo em todas as coisas”.

11. E essa lei, que a bondade de Deus comunicou no princípio e foi preservada através de todas as eras, é, como a fonte de que precede, cheia de bondade e benignidade: é doce e terna; é, na expressão do salmista, “mais doce do que o mel, ainda o mel refinado”. É atraente e amável. Inclui “tudo que é amável e de boa fama. Se há alguma virtude, se há algum louvor” diante de Deus e de seus santos anjos; tudo isso está compreendido na lei, onde também se acham escondidos todos os tesouros da divina sabedoria, conhecimento e amor.

12. É boa em seus efeitos, como é excelente em sua natureza. Como é a árvore, assim são os frutos. Os frutos da lei de Deus, escrita no coração, são “justiça, paz e segurança para sempre”. Ou, melhor: a própria lei. é justiça, enchendo a alma da paz que excede a toda compreensão e levando-nos a regozijar-nos sobre o modo no testemunho de uma boa consciência para com Deus. Não é tanto um penhor

propriamente, mas “um sinal de nossa herança”, sendo uma parte da possessão adquirida. É Deus manifestado em nossa carne, trazendo consigo a vida eterna, assegurando-nos, por aquele puro e perfeito amor, que somos “selados para o dia da redenção”; que Ele deseja “poupar-nos como um homem poupa a seu próprio filho que o serve”, “no dia em que ele junta as suas jóias”, e para que nos seja reservada “uma coroa de glória que não emurchece”.

IV

1. Resta-nos apenas mostrar, em quarto lugar, as funções da lei. Sua primeira função é, sem dúvida, convencer o mundo de pecado. Esta é, na verdade, a obra especial do Espírito Santo, que a pode realizar sem quaisquer meios, ou por não importa que meios lhe agradem, sejam embora insuficientes em si mesmos, ou até inadequados à consecução de tal objetivo. Conseqüentemente, alguns há cujos corações se despedaçaram num momento, quer em enfermidade, quer em saúde, sem qualquer causa visível, ou qualquer meio exterior; e outros (um em cada século), têm sido abalados pelo sentimento da “ira de Deus pendendo sobre si”, ao ouvirem que “Deus estava em Cristo reconciliando o mundo consigo mesmo”. Mas o método ordinário usado pelo Espírito de Deus para convencer os pecadores, é fazê-la por meio da lei. É ela que, abrindo brecha na consciência, em geral reduz a pedaços a própria rocha. Esta parte da obra de Deus é que especialmente vem a ser *zwn energhv – viva e poderosa*, cheia de vida e de energia, “e mais penetrante do que qualquer espada de dois gumes”. Esta, manejada por Deus e por aqueles a quem Ele enviou, penetra através de todas as dobras do coração pérfido, e “divide alma e espírito”, e ainda, por assim dizer, “juntas e medulas”. Por ela o pecador se descobre a si mesmo. Todas as folhas de figueira tombam e êle verifica que é “desventurado, pobre, miserável, cego e nu”. A lei projeta a convicção para todos os lados. Ele sente-se mero pecador. Nada tem com que pagar. Sua “boca se emudece” e apresenta-se como “culpado diante de Deus”.

2. Matar o pecador é, pois, a primeira função da lei: destruir a vida e o vigor em que ele confia, e convencê-lo de que está morto, conquanto viva; está não somente debaixo da sentença de morte, mas atualmente morto para Deus, vazio de toda a vida espiritual, “morto em delitos e pecados”. A segunda função da lei é trazer o pecador para a vida em Cristo, de modo que ele possa viver. Realizando esses objetivos, a lei desempenha o papel de severo pedagogo, levando-nos mais pela força do que Pelo amor. E o amor é, afinal, a fonte de tudo. É o Espírito de amor que, por meios penosos, retira nossa confiança na carne que nos não deixa caniço partido a que nos arrimemos, e assim constrange o pecador, despojado de tudo, a clamar do mais profundode sua alma, ou gemer no mais profundo de seu coração:

“Abro mão de toda desculpa:

Senhor, estou perdido; mas tu morreste!”

3. A terceira função da lei é manter-nos vigilantes. É o grande meio pelo qual o divino Espírito prepara o crente para mais amplas comunicações da vida de Deus.

Receio que esta grande e importante verdade seja pouco entendida, não somente pelo mundo, mas por muitos daqueles que Deus retirou do mundo e que são reais filhos de Deus pela fé. Muitos desses têm como verdade indubitável que, chegando-nos a Cristo, nada mais temos com a lei, e que, em tal sentido, “Cristo é o fim da lei para todo aquele que crê”, “A fim da lei” – isto Ele o é – “para a justiça”, para a justificação “de *todo* o que crê”. Aí a lei tem um fim, Ela não Justifica a ninguém, mas apenas traz os homens a Cristo, que também é, em outro sentido, o fim ou objetivo da lei, o alvo que ela visa continuamente. Quando, porém, ela nos tem trazido a Cristo, conserva ainda uma função mais extensa: a de manter-nos unidos a Ele. Para isso está constantemente excitando *todos* os crentes – por mais que eles vejam sua altura, profundidade, extensão e largura – a fazê-la mais ainda:

“Deixa-nos apegar cada vez mais estritamente

A seu bem-amado abraço;

Esperar receber sua plenitude,

E graça respondendo à graça.”

4. Admitindo, pois, que o crente já tenha ultrapassado a lei, tomada esta no sentido de lei cerimonial dos judeus, ou de toda a dispensação mosaica, (porque Cristo pôs fora de cogitação essas coisas); admitindo mais que nada temos com a lei moral, encarada como meio de assegurar-nos a justificação, porque somos

“justificados livremente por sua graça, mediante a redenção que há em Jesus”; ainda, em outro sentido, temos de atentar para essa lei, porque ela é de indizível proveito, primeiro, para convencer-nos do pecado que ainda permanece em nossos corações e vidas, mantendo-nos, assim, em união com Cristo, a fim de que seu sangue nos purifique a cada momento; em segundo lugar, derivando o vigor de nossa Cabeça para os membros vivos, meio pela qual Ele habilita-os a fazer o que manda sua lei; e, em terceiro lugar, confirmando nossa esperança de recebermos graça sobre graça, até que estejamos de posse da plenitude de suas promessas, realizando então tudo quanto Ele ordena e que não tenhamos ainda conseguido cumprir.

5. Quão claramente o que se vem de dizer concorda com a experiência de todo verdadeiro crente!

Quando ele exclama: “Oh! que amor tenho à tua lei! Durante todo o dia nela medito”, vê diariamente, naquele espelho divino, mais e mais de sua própria imperfeição. Vê com clareza cada vez maior que ainda é pecador em todas as coisas, que nem seu coração, nem seus caminhos são retos diante de Deus; e és *te* sentir exatamente o leva a Cristo. Essa situação ensina-lhe o significado do que está escrito: “Farás uma placa de ouro puro e nela gravarás: Santidade ao Senhor. E ela será sobre a fronte de Aarão” (o tipo de nosso Sumo Sacerdote), “para que Aarão possa tirar a iniquidade das coisas santas que os filhos de Israel consagraram em todas as suas santas dádivas”, (tão longe estão nossas orações ou práticas devotas de fazer propiciação pelo resto de nossos pecados), “e ela”, a placa de ouro, “estará sempre sobre a sua fronte, para que eles sejam aceitos diante do Senhor” (Êx 28.36, 38).

6. Expliquemos estas coisas por uma passagem única. A lei diz: “Não matarás”, e por este mandamento proíbe (como ensina nosso Senhor), não somente atos exteriores, mas toda palavra ofensiva ou pensamento mau. Agora, por mais que atente para essa lei perfeita, mais eu sinto quanto fico aquém de suas exigências; e quanto mais sinto minhas falhas, melhor sinto a necessidade do sangue de Cristo para purificar-me de todo pecado, e de seu Espírito, para limpar-me o coração e fazer-me “perfeito e íntegro, não faltando em coisa alguma”.

7. Assim, não posso privar-me da lei nem por um momento, como também não posso privar-me de Cristo; verificando eu agora quanto a deseja para guardar-me junto a Cristo, do mesmo modo que dela necessitei antes, para levar-me a Cristo. De outro modo, este “mau coração de incredulidade” imediatamente me “separaria do Deus vivo”. Ambos estão, na verdade, continuamente enviando-me um ao outro: a lei a Cristo e Cristo à lei. De um lado, a altura e a profundidade da lei me constroem a correr para o amor de Deus em Cristo; de outro lado, o amor de Deus em Cristo encarece a lei a meus olhos, pondo-a “acima do ouro ou das pedras preciosas”, visto que reconheço que todas as partes dela são graciosas promessas que meu Senhor cumprirá a seu tempo.

8. Quem és tu, então, ó homem, que “julgas a lei e dizes mal da lei?” Que a emparelhas com o pecado, Satanás e a morte, e a todos votas ao inferno? O apóstolo Tiago via no julgar a lei ou “dizer mal da lei” uma iniquidade maior do que o julgarmos nossos irmãos, um juízo implicando em outro. “Logo” – diz ele – “tu não és um cumpridor da lei, mas um juízo!” Um juiz daquilo que Deus ordenou para te julgar! Assim, tu te assentas na cátedra de Cristo e destronas a lei pela qual Ele julgará o mundo! Toma cuidado com a vitória que Satanás obteve contra ti; e, de futuro, nunca penses ou fales levianamente desse bendito instrumento da graça de Deus – e muito menos o levantes como espantalho. Ao revés, ama-a e estima-a por amor daquele de quem ela procede e daquele a quem ela conduz. Seja ela tua glória e alegria, abaixo da cruz de Cristo. Faze seu elogio e dá-lhe honra diante dos homens.

9. Se estás firmemente convencido de que a lei é emanação de Deus e cópia de suas perfeições inimitáveis, sendo “santa, e justa, e boa”, mas especialmente em relação aos que crêem, então, em lugar de a relegares como coisa vil, apegas-te a ela cada vez mais. Não permitas jamais que a lei de misericórdia e verdade, de amor a Deus e aos homens, e doçura, humildade e pureza, te abandone. “Coloca-a como colar; escreve-a na tábuas de teu coração”. Estreita-te à lei, se queres unir-te estreitamente a Cristo; luta com ela, mas não a deixes partir. Faze que ela continuamente te conduza ao sangue propiciador, continuamente confirme tua esperança, até que toda “a justiça da lei seja cumprida em ti” e sejas “cheio de toda a plenitude de Deus”.

10. E se teu Senhor tem cumprido sua palavra, se Ele “escreveu sua lei em teu coração”, então

“permanece na liberdade com que Cristo te libertou”. Tu não somente foste libertado das cerimônias judaicas, da culpado pecado e do temor do inferno – (estas coisas estão muito longe de ser tudo quanto se inclui na liberdade cristã; são, talvez, a parte mais rudimentar dessa liberdade), mas, o que é infinitamente mais, do poder do pecado, da escravização ao diabo, da ofensa a Deus. Oh! permanece firme nessa liberdade, em comparação com a qual tudo mais nem vale a pena de ser mencionado! Permanece firme no Deus de amor, de todo teu coração e servindo-lhe com todas as tuas forças! Esta é a libertação perfeita; guarda, pois, sua lei e anda sem desvios em todos os seus mandamentos. “Não te ponhas outra vez sob o jugo da escravidão”. Não falo da escravidão judaica, nem da escravização ao temor do inferno; estas coisas estão, creio, muito longe de ti. Mas guarda-te de outra vez te submeteres ao jugo do pecado, de qualquer transgressão interior ou exterior da lei. Aborrece o pecado muito mais do que a morte ou o inferno: aborrece o próprio pecado muito mais do que a punição que ele acarreta. Guarda-te da escravidão do orgulho, do desejo, da ira, de toda disposição, ou palavra, ou ação má. “Olha para Jesus”, e, para isto conseguires, olha com crescente fixidez para a lei perfeita, “a lei da liberdade”, e “persevera nela”, assim crescendo cada dia “na graça e no crescimento de nosso Senhor Jesus Cristo”.

QUESTIONÁRIO SOBRE O SERMÃO 34

- P. 1. (§ 1). Que se diz do assunto deste sermão? Que se ensina comumente ao leitor?
- P. 2. (§ 2). Esta é uma explicação satisfatória do texto?
- P. 3. (§ 3). Que objeção é levantada e respondida pelo apóstolo?
- P. 4. (§ 4). Que se propõe mostrar o pregador neste sermão?
- P. 5. (I. 1). Qual é a primeira proposição subordinada àquele assunto?
- P. 6. (I. 2). Que se diz aí do propósito da lei?
- P. 7. (I. 3). A lei foi dada ao homem na criação?
- P. 8. (I. 4). A mesma lei se explica aos homens e aos anjos? Existia ela antes da criação dos homens?
- P. 9. (I. 5). Como foi isto mostrado a nossos primeiros pais?
- P. 10. (I. 6). Que se diz dos que não conhecem a Deus?
- P. 11. (II. 1). Que se propõe na segunda divisão do sermão?
- P. 12. (II. 2). A dispensação mosaica é a lei a que se refere o texto?
- P. 13. (II. 3). De quem essa lei é um retrato incorruptível?
- P. 14. (II. 4). Que citação se faz de um antigo pagão?
- P. 15. (II. 5). Que é essa lei, sob outro ponto de vista?
- P. 16. (II. 6). De que é a lei uma cópia?
- P. 17. (III. 1). Que resta mostrar, em terceiro lugar?
- P. 18. (III. 2). O apóstolo fala de seus efeitos ou de sua natureza?
- P. 19. (III. 3). Que é ela, no mais alto grau?
- P. 20. (III. 4). Que repele o apóstolo com desagrado?
- P. 21. (III. 5). Que é ela, em segundo lugar?
- P. 22. (III. 6). Que pergunta aí se formula? Que se diz dessa célebre questão?
- P. 23. (III. 7). De onde parte toda a dificuldade?
- P. 24. (III. 8). De que depende essa lei? Que se diz da frase – “eternas relações”?
- P. 25. (III. 9). Deus quer uma coisa porque ela é justa?
- P. 26. (III. 10). É a lei justa e reta no tocante a todas as coisas?
- P. 27. (III. 11). Que mais se diz da lei?
- P. 28. (III. 12). Ela é boa tanto em seus efeitos, como em sua natureza.?
- P. 29. (IV. 1). Que resta a ser demonstrado, em quarto lugar?
- P. 30. (IV. 2). Qual é a primeira função da lei? A segunda função?
- P. 31. (IV. 3). Qual é a terceira função da lei?
- P. 32. (IV. 4). Que mais se diz no tocante a ela?
- P. 33. (IV. 5). Com que esse conceito concorda?

- P. 34. (IV. 6). Que explicação é aí dada?
- P. 35. (IV. 7). Que se diz do passar sem a lei?
- P. 36. (IV. 8). Que se diz aí do julgar a lei?
- P. 37. (IV. 9-10). Como se conclui o sermão?